

GUIA DE ORIENTAÇÃO



**Aos familiares do auditor fiscal falecido,
e pensionistas, filiados ao Instituto dos
Auditores Fiscais do Estado da Bahia
(IAF) e ao Sindicato dos Auditores
Fiscais do Estado da Bahia (IAF Sindical)**

Edição: 2023

DIRETORIA Triênio 2022/2024

PRESIDENTE
Marcos Antônio da Silva Carneiro

DIRETORIA - TITULARES
JOÃO OSVALDO BARBOSA BORGES Diretor para Assuntos de Aposentadoria e Pensão
JOSIAS MENEZES NETO Diretor Administrativo-Financeiro
PAULO CESAR DA SILVA BRITO Diretor Jurídico
RAPHAEL DE FREITAS SOARES JUNIOR Diretor para Assuntos Econômicos e Financeiros
STEPENSON SANTANA DE CERQUEIRA Diretor de Comunicação
TOLSTOI SEARA NOLASCO Diretor para Assuntos Fiscais e Tributários
WILDE RABELO DIAS FILHO Diretor de Organização e Mobilização Sindical

DIRETORIA - VICES
ELIETE TELES DE JESUS SOUZA Vice-Diretora para Assuntos de Aposentadoria e Pensão.
ZILCA ZENIRA OLIVEIRA SANTOS Vice-Diretora Administrativo-Financeiro
FERNANDO DA GAMA SANTOS Vice-Diretor Jurídico
RAIMUNDO GIBERNON DE ALMEIDA Vice-Diretor para Assuntos Econômicos e Financeiros
RISALVA FAGUNDES COTRIM TELLES Vice-Diretora de Comunicação
MARCO ANTONIO PORTO CARMO Vice-Diretor Para Assuntos Fiscais e Tributários
MARCELO DE AZEVEDO MOREIRA Vice-Diretor de Organização e Mobilização Sindical

CONSELHO FISCAL

TITULARES
ARIVALDO LEMOS DE SANTANA
JAIME RAIMUNDO NASCIMENTO FILHO
LUCAS XAVIER PESSOA

SUPLENTES
FRANCISCO NOBRE DE OLIVEIRA
TÂNIA MARIA SANTOS REIS

CONSELHO DE REPRESENTANTES

TITULARES
ANTONIO MEDEIROS DOS SANTOS
ROSALVO SANT ANNA SOUZA FILHO
HELCONIO DE SOUZA ALMEIDA
CRISTIANE MENEZES BEZERRA
FREDERICO AUGUSTO SANTANNA
RODRIGUES DA COSTA
LUIS HENRIQUE DE SOUZA ALEXANDRE
JOSSIMAR CARVALHO DA CRUZ
LUIS CARLOS MOURA MATOS
ILDEMAR JOSÉ LANDIN
RODRIGO DE AZEVEDO BOENTE
JORGE JOSÉ VIEIRA DA SILVA

SUPLENTES
ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO
MANOELITO DOS SANTOS SOUZA
RENATO FALCÃO DE ALMEIDA SOUZA
JOSELÍ CHAVES PEREIRA
MARIA CRISTINA ALVES CORREIA DOS SANTOS
ADEMILSON BARNABÉ DA SILVA
LAUDIONOR BRASIL PEDRAL SAMPAIO
PAULO GORGE TELIS SOARES DA FONSECA
PEDRO HENRIQUE BRITO POZZOBON
ELVIRA CÂNDIDA CERDEIRA SILVA

ÍNDICE

	04
Apresentação	
O que fazer e a quem devo procurar para informar o óbito	05
▪ Familiar do Auditor Fiscal falecido em atividade	05
▪ Familiar do Auditor Fiscal aposentado ou Pensionista falecido	06
O que a Família do Auditor Fiscal falecido pode requerer	08
▪ Auxílio Funeral	08
▪ Pensão Previdenciária	09
○ Quem tem direito a receber?	09
Prescrição	11
Duração do benefício	12
Como calcular o valor do benefício?	13
▪ Pensionista de Auditor Fiscal falecido já aposentado	13
▪ Pensionista de Auditor Fiscal falecido em atividade	15
Perda do direito ao benefício	16
Acumulação de benefícios	17
▪ Cálculo dos benefícios: Aposentadoria + Pensão	18
Pensão por Morte para Viúvo	18
Pensão por Morte para Companheiro(a)	19
Pensão por Morte para Filho Menor representado por Genitor(a)	21
Pensão por Morte para Filho Menor representado por Tutor ou Guardião ..	21
Pensão por Morte para Menor equiparado a Filho (Tutelado e Enteadado)	22
Pensão por Morte para Filho solteiro, maior com incapacidade permanente para o trabalho e dependente.....	23
Pensão por Morte para Filho, o Enteadado e o Tutelado solteiros, que comprovem matrícula e frequência regular em curso de nível superior ou a sujeição a ensino especial, até aos 24 anos de idade	24
Pensão por Morte para ex-cônjuge, ou ex-companheiro(a) pensionado(a) ..	25
Pensão por Morte para pais com incapacidade permanente para o trabalho	26
Pensão por Morte para Maior, equiparado a filho, solteiro, com incapacidade permanente para o trabalho e dependente economicamente (Tutelado ou Enteadado).....	27
Fontes de Pesquisa	29
glossário	30

APRESENTAÇÃO

Este Guia de Orientação foi produzido pelo Conselho Técnico da Diretoria para Assuntos de Aposentadoria e Pensão do Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF) e do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF Sindical), com a finalidade de informar, orientar e auxiliar os familiares do Auditor Fiscal falecido e de pensionista, filiado ao IAF, na solução de eventuais dificuldades para obterem seus direitos e benefícios advindos com o seu falecimento.

Com a morte do Auditor Fiscal, a família enfrenta, além da dor motivada pela perda do ente querido, outras preocupações de ordem prática: pedidos de auxílio funeral e pensão por morte; a comunicação do falecimento a diversos órgãos, entre esses o Sindicato e as Associações dos quais o Auditor Fiscal fazia parte; aviso aos Bancos, especialmente se houver empréstimo consignado, e às Seguradoras.

A comunicação para o Sindicato e Associações se faz necessária não só para baixa das mensalidades, mas também para levantamento de eventuais Ações Judiciais que o falecido seja partícipe. Nesse caso, os familiares de pensionistas falecidos também devem adotar o mesmo procedimento.

A divulgação dessas informações não afasta a possibilidade de os familiares buscarem orientações junto ao IAF, que sempre estará disponível para apoiá-los.

O QUE FAZER E A QUEM DEVO PROCURAR PARA INFORMAR O ÓBITO?



Comunicar o falecimento do Auditor Fiscal aos órgãos descritos abaixo, a partir da data do óbito informada na certidão, para suspensão do pagamento, e evitar ressarcimento ao Estado.



- I. O Falecimento do Auditor Fiscal em atividade deve ser imediatamente comunicado mediante a entrega da cópia da Certidão de Óbito, para alterar sua situação funcional no Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH Bahia), a partir da data constante na Certidão, mantendo-se o número do protocolo para acompanhamento do processo.
- II. Solicitar ao Juiz responsável da Vara de Família do TJ-BA ou ao Coordenador do Cartório de Notas, conforme o caso, o envio de Ofício à Sefaz/Carhu solicitando informações sobre eventuais valores devidos de verbas rescisórias, para pagamento do Alvará com base no Termo de Inventariante (no caso de existir bens e herdeiros) e pagamento ao familiar responsável (quando não houver bens e herdeiros), conforme documento oficial do Cartório de Notas.



- I. O falecimento do Auditor Fiscal Aposentado ou Pensionista, deve ser imediatamente comunicado, mediante a entrega da cópia da Certidão de Óbito, para alterar sua situação funcional no Sistema Integrado de Recursos Humanos (SIRH Bahia), a partir da data constante na certidão, mantendo-se o número do protocolo para acompanhamento do processo.
- II. Solicitar ao Juiz responsável da Vara de Família do TJ-BA ou ao Coordenador do Cartório de Notas, conforme o caso, o envio de Ofício ao SAC/Ceprev solicitando informações sobre valores devidos de verbas rescisórias, para pagamento do Alvará com base no Termo de Inventariante (no caso de existir bens e herdeiros) e pagamento ao familiar responsável (quando não houver herdeiros e bens), conforme documento oficial do Cartório de Notas.

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS



- I. Comunicado do falecimento do ex-servidor(a) assinado pelo(a) comunicante, contendo os contatos do comunicante (telefones e e-mail) e dados do ex-servidor(a) nome completo, RG, CPF e matrícula (caso o(a) comunicante detenha estes dados).
- II. Certidão de óbito do(a) ex-servidor(a)
- III. Último contracheque do ex-servidor(a)
- IV. Carteira de identidade e CPF do ex-servidor(a), casos de denúncia não é obrigatório.
- V. Carteira de identidade e CPF do(a) comunicante.
- VI. Comprovante de residência do comunicante.

Com dificuldade? Procure o IAF
NÃO PRECISA DE INTERMEDIÁRIO

Avenida Tancredo Neves, 2227, Edifício Salvador Prime, Torre Work, sala 515
Caminho das Árvores, Salvador /Bahia

Telefones: (71) 4062-7013; Celular/WhatsApp (71) 98421-6729

Diretoria para Assuntos de Aposentadoria e Pensão.

Telefone: (71) 98205-9240

O QUE A FAMÍLIA DO AUDITOR FISCAL FALECIDO PODE REQUERER?



AUXÍLIO FUNERAL

- Benefício Assistencial que consiste no ressarcimento das despesas, devidamente **comprovadas**, realizadas pelo dependente ou por terceiro, que tenha custeado o funeral servidor ativo ou aposentado, até o limite correspondente a 3(três) o menor nível da escala de vencimento do funcionalismo estadual.
- Solicitado na Secretaria da Fazenda do Estado, na Coordenação de Recursos Humanos – CARHU



Documentos:

- I. Requerimento de Auxílio Funeral: O Formulário do Requerimento será fornecido pela Carhu da Sefaz e será preenchido e assinado pelo requerente.
- II. Certidão de óbito (Cópia e original).
- III. Carteira de Identidade e CPF do Auditor Fiscal falecido e do requerente (Cópia e original).
- IV. Nota Fiscal da funerária ou recibo do cemitério, comprovando as despesas efetuadas com o funeral, em cujo documento ORIGINAL deverá constar os nomes do requerente e do Auditor falecido.
- V. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido.
- VI. Comprovante de conta corrente do requerente - Caso o requerente não tenha conta corrente, o pagamento será disponibilizado para saque na agência bancária, no domicílio do requerente.

Auxílio Funeral e Pensão Previdenciária não são concedidos aos familiares dos Pensionistas



PENSÃO PREVIDENCIÁRIA



A pensão será devida aos dependentes do Auditor Fiscal, quando do seu falecimento, a partir da data:

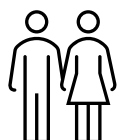
- I. do óbito, quando requerida até 30 (trinta) dias depois deste;
- II. da protocolização do requerimento, quando requerida após o prazo previsto acima.

QUEM TEM DIREITO A RECEBER?



Cônjuge:

O cônjuge fará jus ao benefício, desde que comprove a manutenção do casamento civil, apresentando os documentos que atestem a convivência marital até a época do óbito.



Companheiro(a)

É considerado companheiro(a), a pessoa solteira, viúva, separada judicialmente, comprovadamente separada de fato ou divorciada, que mantém união estável com o segurado que se encontre nestas mesmas condições, e desde que resulte comprovada a manutenção da união estável até a data do óbito.



ATENÇÃO!

credo Neves, 2227, Edf. Salvador Prime, Torre Work, sala 515, Caminho das Árvores
Salvador – BA CEP 41820-021 (71)4062-7013 – site: www.iaf.org.br e-mail: iaf@iaf.org.br



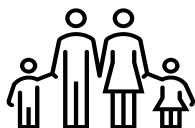
Filho(a) solteiro(a) e não emancipado, até completar 18 anos de idade, desde que comprovada a filiação.



Filho(a) solteiro(a) e não emancipado, até completar 24 anos de idade, desde que comprove não ter condições financeiras de se manter, não dispor de bens passíveis de gerar renda e ter suas necessidades atendidas pelo segurado. Deve comprovar também sua matrícula e frequência em instituição de nível superior.



Filhos solteiros de qualquer idade com incapacidade permanente para trabalho enquanto permanecerem nesta condição.



Filhos equiparados (o tutelado, o enteado e o menor sob guarda), em relação aos quais tenha o segurado obtido delegação do pátrio poder, desde que atendidos os seguintes requisitos:

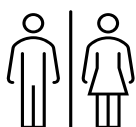
- I. que o equiparado não tenha qualquer vinculação previdenciária, quer como segurado, quer como beneficiário dos pais ou de outrem, fato este que deve ser comprovado;
- II. que o equiparado e os seus genitores não possuam bens ou rendimentos suficientes à sua manutenção;
- III. que o equiparado viva sob a exclusiva dependência econômica do segurado.



Pais com incapacidade permanente para o trabalho enquanto permanecerem nesta condição.

Deverão apresentar laudo positivo para a incapacidade emitido pela Junta Médica do Estado da Bahia, assim como deverão comprovar não ter condições financeiras de se manter, não dispor de bens passíveis de gerar renda e ter suas necessidades básicas integralmente atendidas pelo segurado.

Além do preenchimento destes requisitos, a existência de qualquer dependente nas demais condições excluirá o direito dos pais com incapacidade permanente.



Ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) pensionado(a) judicialmente ou espontaneamente:

Fará jus ao benefício, nesta condição, quando comprovado que houve o casamento ou a união estável e este ou esta se desfez de fato ou de direito, comprovando também a existência de decisão judicial na qual restou arbitrada pensão alimentícia em favor do ex-cônjuge ou ex-companheiro(a).

Se for comprovado o pensionamento espontâneo, ou seja, sem a decisão judicial, mas com documentos que atestem a dependência econômica integral do dependente para com o(a) ex-servidor(a), terá direito ao benefício.



Se a pensão alimentícia foi em favor dos filhos do casal, o ex-cônjuge ou ex-companheiro(a) não fará jus ao benefício.

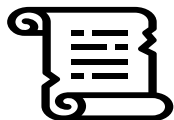
PRESCRIÇÃO





Ressalvado o direito dos menores incapazes e ausentes, prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão do beneficiário para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela unidade gestora do RPPS, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, na forma da lei civil – (*Art. 61 da Lei nº 11.357 de 06 de janeiro de 2009*)




INSTITUTO DOS
AUDITORES FISCAIS
DO ESTADO DA BAHIA



Observado o recolhimento mínimo de 18 contribuições mensais até a data do óbito do instituidor segurado, o tempo de duração da pensão por morte devida aos cônjuges,  companheiros,  e



ex-cônjuges e  ex-companheiros será calculado de acordo com a sua idade nos termos a seguir especificados:



INSTITUTO DOS
APOSENTADOS FEDERAIS

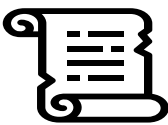
DURAÇÃO DO BENEFÍCIO

IDADE	DURAÇÃO DO BENEFÍCIO
Com menos de 21 anos	3 anos
Entre 21 e 26 anos	6 anos
Entre 27 e 29 anos	10 anos
Entre 30 e 40 anos	15 anos
Entre 41 e 43 anos	20 anos
Acima de 44 anos	Vitalício



- I. Receberá por 4 (quatro) meses o beneficiário na condição de cônjuge, companheiro(a), ex-cônjuge e ex-companheiro(a), se comprovado que o(a) ex-servidor(a) tenha efetuado menos de 18 contribuições ao fundo previdenciário.
- II. Quando o falecimento adveio em decorrência de acidente de trabalho, beneficiário na condição de cônjuge, companheiro(a), ex-cônjuge e ex-companheiro(a), receberá de maneira vitalícia.
- III. O benefício também será vitalício, se o beneficiário na condição de cônjuge, companheiro(a), ex-cônjuge e ex-companheiro(a), tiver adquirido incapacidade permanente para o trabalho entre o início do casamento e a interrupção do pagamento do benefício.
- IV. Aos demais dependentes, o benefício não terá data fim, mas a eles se aplicarão as regras da perda de qualidade.

COMO CALCULAR O VALOR DO BENEFÍCIO?


A pensão por morte concedida aos dependentes do Auditor Fiscal será equivalente a  uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) do valor da aposentadoria recebida pelo Auditor Fiscal ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, acrescida de cotas de 15 (quinze) pontos percentuais por dependente, até o máximo de 100% (cem por cento) – Art. 8º, da Emenda Constitucional do Estado da Bahia nº 26, de 31/01/2020.

- I. As cotas por dependente cessarão com a perda dessa qualidade e não serão reversíveis aos demais dependentes, preservado o valor de 100 (cem por cento) da pensão por morte quando o número de dependentes remanescentes for igual ou superior a 04 (quatro).
- II. Na hipótese de existir dependente inválido ou com deficiência intelectual, mental ou grave, o valor da pensão por morte será equivalente:
 - 100% (cem por cento) da aposentadoria recebida pelo Auditor Fiscal ou daquela a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, até o limite máximo de benefício do Regime Geral da Previdência Social;
 - Uma cota familiar de 50% (cinquenta por cento) acrescida de cotas de 15 (quinze) pontos percentuais por dependente, até o limite máximo de 100% (cem por cento), para o valor que supere o limite máximos de benefícios do Regime Geral de Previdência Social.




Pensionista de Auditor Fiscal falecido quando já aposentado


A base de cálculo será o valor da remuneração constante no último contracheque do Auditor Fiscal aposentado antes do seu falecimento

 Estado da Bahia		AVISO DE CRÉDITO																																																																																																																																											
Janeiro / 2022																																																																																																																																													
ORGÃO/ENTIDADE																																																																																																																																													
FUNPREF																																																																																																																																													
MATRICULA		NOME							ADMISSÃO	C.HORA LEI																																																																																																																																			
13.XXX.XXX		CRISTOVAM COLOMBO							30.12.201981	30:00																																																																																																																																			
NOME SOCIAL																																																																																																																																													
UNIDADE									GRUPO / SUBGRUPO																																																																																																																																				
INATIVO SEFAZ									Aposentado / Fisco																																																																																																																																				
ENDEREÇO										NUMERO																																																																																																																																			
RUA DAS ILHAS										100																																																																																																																																			
COMPLEMENTO ENDEREÇO																																																																																																																																													
CASA																																																																																																																																													
MUNICÍPIO									CEP	U.F.																																																																																																																																			
MUNDO VELHO									XXXXX-XXX	BA																																																																																																																																			
CARGO / FUNÇÃO		CLASSIFICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO							CARGO EM COMISSÃO / FUNÇÃO GRATIFICADA																																																																																																																																				
Auditor Fiscal		CLASSE 8																																																																																																																																											
PIS / PASEP		CARTEIRA PROFISSIONAL							S.F.	I.R.																																																																																																																																			
XXXXXXXXXX-XX																																																																																																																																													
LOTE		BANCO / AGÊNCIA							CONTA CORRENTE																																																																																																																																				
		XXX / 1.840							XXXXX-X																																																																																																																																				
<table border="1"> <thead> <tr> <th colspan="5">VANTAGENS</th> <th colspan="5">DESCONTOS</th> </tr> <tr> <th>Cód</th> <th>Descrição</th> <th>Perct/Horas</th> <th>Periodo</th> <th>Valor (R\$)</th> <th>Cód</th> <th>Descrição</th> <th>Perct/Horas</th> <th>Valor (R\$)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>002P</td> <td>Vencimento Inicial</td> <td>30,00</td> <td>01.2022</td> <td>3.174,51</td> <td>7401</td> <td>IRFF</td> <td>27,50</td> <td>7.087,58</td> </tr> <tr> <td>00P1</td> <td>Grat. Atividade Fiscal Inc.</td> <td>110,00</td> <td>01.2022</td> <td>13.967,84</td> <td>5022</td> <td>Mensalidade Valor - ASFEB</td> <td>083/999</td> <td>85,00</td> </tr> <tr> <td>02P6</td> <td>Prêmio Desemp. Faz. Inc</td> <td>0,00</td> <td>01.2022</td> <td>8.713,01</td> <td>5022</td> <td>Mensalidade Valor - IAF</td> <td>013/999</td> <td>164,83</td> </tr> <tr> <td>04P2</td> <td>Estab. Ec. Lei 6812/95 Inc</td> <td>0,00</td> <td>01.2022</td> <td>1.596,70</td> <td>5026</td> <td>Quota - Cooperativa - SICOOB</td> <td>048/999</td> <td>200,00</td> </tr> <tr> <td>04P6</td> <td>Adic. Tempo de Serviço Inc</td> <td>34,00</td> <td>01.2022</td> <td>7.123,60</td> <td>5055</td> <td>Benefício Assistencial 2 - ASFEB</td> <td>016/048</td> <td>56,00</td> </tr> <tr> <td>08P5</td> <td>CET Incorp. Venc. Básico</td> <td>20,00</td> <td>01.2022</td> <td>4.190,35</td> <td>6013</td> <td>Est. Limite Const. Mensal</td> <td>0,00</td> <td>7.113,19</td> </tr> <tr> <td>0J45</td> <td>Grat. Ativ. Fiscal Judicial</td> <td>30,00</td> <td>01.2022</td> <td>3.809,40</td> <td>7033</td> <td>Assistência a saúde</td> <td>0,00</td> <td>667,89</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>7037</td> <td>Planserv Especial</td> <td>0,00</td> <td>65,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>7P40</td> <td>Contribuição RPPS FUNPREV</td> <td>15,00</td> <td>4.623,93</td> </tr> <tr> <td colspan="4">TOTAL DE VANTAGENS</td> <td>42.575,41</td> <td colspan="4">TOTAL DE DESCONTOS</td> <td>20.063,42</td> </tr> <tr> <td colspan="2">DIÁRIAS EXCEDENTES</td> <td colspan="2">VALOR F.G.T.S</td> <td>0,00</td> <td colspan="4">BASE DE CÁLCULO IMPOSTO DE RENDA</td> <td>LIQUIDO</td> </tr> <tr> <td colspan="2">0,00</td> <td colspan="2"></td> <td>0,00</td> <td colspan="4">30.838,29</td> <td>22.511,99</td> </tr> </tbody> </table>												VANTAGENS					DESCONTOS					Cód	Descrição	Perct/Horas	Periodo	Valor (R\$)	Cód	Descrição	Perct/Horas	Valor (R\$)	002P	Vencimento Inicial	30,00	01.2022	3.174,51	7401	IRFF	27,50	7.087,58	00P1	Grat. Atividade Fiscal Inc.	110,00	01.2022	13.967,84	5022	Mensalidade Valor - ASFEB	083/999	85,00	02P6	Prêmio Desemp. Faz. Inc	0,00	01.2022	8.713,01	5022	Mensalidade Valor - IAF	013/999	164,83	04P2	Estab. Ec. Lei 6812/95 Inc	0,00	01.2022	1.596,70	5026	Quota - Cooperativa - SICOOB	048/999	200,00	04P6	Adic. Tempo de Serviço Inc	34,00	01.2022	7.123,60	5055	Benefício Assistencial 2 - ASFEB	016/048	56,00	08P5	CET Incorp. Venc. Básico	20,00	01.2022	4.190,35	6013	Est. Limite Const. Mensal	0,00	7.113,19	0J45	Grat. Ativ. Fiscal Judicial	30,00	01.2022	3.809,40	7033	Assistência a saúde	0,00	667,89						7037	Planserv Especial	0,00	65,00						7P40	Contribuição RPPS FUNPREV	15,00	4.623,93	TOTAL DE VANTAGENS				42.575,41	TOTAL DE DESCONTOS				20.063,42	DIÁRIAS EXCEDENTES		VALOR F.G.T.S		0,00	BASE DE CÁLCULO IMPOSTO DE RENDA				LIQUIDO	0,00				0,00	30.838,29				22.511,99
VANTAGENS					DESCONTOS																																																																																																																																								
Cód	Descrição	Perct/Horas	Periodo	Valor (R\$)	Cód	Descrição	Perct/Horas	Valor (R\$)																																																																																																																																					
002P	Vencimento Inicial	30,00	01.2022	3.174,51	7401	IRFF	27,50	7.087,58																																																																																																																																					
00P1	Grat. Atividade Fiscal Inc.	110,00	01.2022	13.967,84	5022	Mensalidade Valor - ASFEB	083/999	85,00																																																																																																																																					
02P6	Prêmio Desemp. Faz. Inc	0,00	01.2022	8.713,01	5022	Mensalidade Valor - IAF	013/999	164,83																																																																																																																																					
04P2	Estab. Ec. Lei 6812/95 Inc	0,00	01.2022	1.596,70	5026	Quota - Cooperativa - SICOOB	048/999	200,00																																																																																																																																					
04P6	Adic. Tempo de Serviço Inc	34,00	01.2022	7.123,60	5055	Benefício Assistencial 2 - ASFEB	016/048	56,00																																																																																																																																					
08P5	CET Incorp. Venc. Básico	20,00	01.2022	4.190,35	6013	Est. Limite Const. Mensal	0,00	7.113,19																																																																																																																																					
0J45	Grat. Ativ. Fiscal Judicial	30,00	01.2022	3.809,40	7033	Assistência a saúde	0,00	667,89																																																																																																																																					
					7037	Planserv Especial	0,00	65,00																																																																																																																																					
					7P40	Contribuição RPPS FUNPREV	15,00	4.623,93																																																																																																																																					
TOTAL DE VANTAGENS				42.575,41	TOTAL DE DESCONTOS				20.063,42																																																																																																																																				
DIÁRIAS EXCEDENTES		VALOR F.G.T.S		0,00	BASE DE CÁLCULO IMPOSTO DE RENDA				LIQUIDO																																																																																																																																				
0,00				0,00	30.838,29				22.511,99																																																																																																																																				

BASE DE CÁLCULO			
TOTAL DAS VANTAGENS		ESTORNO LIMITE CONSTITUCIONAL	REMUNERAÇÃO
42.575,41	-	7.113,19	= 35.462,22

CÁLCULO DO VALOR DA PENSÃO

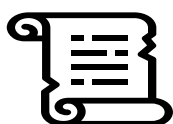
UM ÚNICO	PENSIONISTA	PERCENTUAL	VALOR
BENEFICIÁRIO 	Cota familiar	50%	17.731,11
	Cota	15%	5.319,33
	VALOR DA PENSÃO →	65%	23.050,44

DOIS BENEFICIÁRIOS	PENSIONISTA	PERCENTUAL	VALOR
	Cota familiar	50%	17.731,11
	Cota dependente 1	15%	5.319,33
	Cota dependente 2	15%	5.319,33
VALOR DA PENSÃO →		80%	28.369,77
VALOR DE CADA BENEFICIÁRIO →			14.184,89



**INSTITUTO DOS
AUDITORES FISCAIS
DO ESTADO DA BAHIA**

Pensionista de Auditor Fiscal falecido em atividade



Os proventos de aposentadoria por invalidez serão proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável - § 2º, do art. 15 da Lei 11.357 de 06 de janeiro de 2009.

BASE DE CÁLCULO DO VALOR DA PENSÃO





60% da média aritmética das 90% maiores remunerações, com acréscimo de 2 pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição, se homem, e 15 anos de contribuição, se mulher. - Art. 9º da Emenda Constitucional do Estado da Bahia nº 26 de 21 de janeiro de 2020.

Nome do Auditor Fiscal falecido	Cristovam Colombo
Matrícula	xx.xxx.xxx
Sexo	Masculino
Data do óbito	28/02/2022
Data fim da contagem de tempo de serviço	27/02/2022
Tempo de Serviço	10.000
Tempo de Serviço Averbado	1.000
Tempo de Serviço Total	11.000
Tempo de Serviço em Anos	30,14
Tempo de Referência	20
Diferença	10,14
Arredondando	10
Percentual do Cálculo do Provento	80,00%
Média das 90% Maiores Remunerações	R\$ 30.000,00
Proventos por Incapacidade Permanente	R\$ 24.000,00


CÁLCULO DO VALOR DA PENSÃO

➤ SEM PENSIONISTA COM INCAPACIDADE PERMANENTE

UM ÚNICO BENEFICIÁRIO 	PENSIONISTA	PERCENTUAL	VALOR
	Cota familiar	50%	12.000,00
	Cota	15%	3.600,00
VALOR DA PENSÃO →		65%	15.600,00

DOIS BENEFICIÁRIOS 	PENSIONISTA	PERCENTUAL	VALOR
	Cota familiar	50%	12.000,00
	Cota dependente 1	15%	3.600,00
	Cota dependente 2	15%	3.600,00
VALOR DA PENSÃO →		80%	19.200,00
VALOR DE CADA BENEFICIÁRIO →			9.600,00

➤ COM PENSIONISTA COM INCAPACIDADE PERMANENTE

DOIS BENEFICIÁRIOS 	PENSIONISTA	PERCENTUAL	VALOR
	Cota familiar até o limite do RGPS	100%	7.507,49
	Cota familiar após o RGPS	50%	8.246,26
	Cota dependente 1	15%	2.473,88
	Cota dependente 2	15%	2.473,88
VALOR DA PENSÃO →			20.701,51
VALOR DE CADA BENEFICIÁRIO →			10.350,76



Quando existir apenas um único pensionista cadastrado, em virtude do falecimento de Auditor Fiscal em atividade, o valor da pensão corresponderá ao valor da aposentadoria que este faria jus no dia anterior ao óbito.

PERDA DO DIREITO AO BENEFÍCIO

A perda da qualidade de dependente ocorrerá: - art. 9º da Lei nº. 6.915 de 10 de novembro de 1995.

- Para o cônjuge, pela separação judicial ou pelo divórcio, desde que não lhe tenha sido assegurada a percepção de alimentos, ou pela anulação do casamento;
- Para o cônjuge que abandonar, sem justo motivo, a habitação conjugal e a esta se recusar a voltar, desde que reconhecida essa situação por sentença judicial transitada em jugado;
- Para o companheiro(a), quando revogada a sua indicação pelo segurado ou desaparecidas as condições inerentes a essa qualidade;
- Para o filho e os equiparados (o tutelado e o enteado, em relação aos quais tenha o segurado obtido delegação do pátrio), ao alcançarem 18 anos de idade, que não comprovar os requisitos para que possa receber até os 24 anos de idade.
- Para o maior inválido, pela cessação da invalidez;
- Para o solteiro, viúvo ou divorciado, pelo casamento ou concubinato;
- Para o separado judicialmente com percepção de alimentos, pelo concubinato;
- Para os beneficiários economicamente dependente, quando cessar esta situação;
- Para o dependente em geral, pela perda da qualidade de segurado por aquele de depende.

ACUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS

É vedada a acumulação de pensão por morte deixada por um cônjuge ou companheiro(a), com exceção de situações previstas na Constituição Federal, a qual estabelece as hipóteses em que é possível um mesmo servidor ocupar dos cargos, empregos ou funções públicas em autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

Requisitos Básico: desde que os horários sejam compatíveis, o servidor pode acumular:

- Dois cargos de professor
- Um cargo de professor e outro técnico ou científico
- Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, conforme Emenda Constitucional nº 34, de 14/12/2001.

CÁLCULO DOS BENEFÍCIOS: APOSENTADORIA + PENSÃO

BENEFICIÁRIO	BENEFÍCIO 1	BENEFÍCIO 2
Américo Vespúcio	Aposentadoria pela Prefeitura de Salvador no valor de R\$ 12.000,00	Pensão pelo RPPS / BA no valor de R\$ 20.000,00
Receberá 100% do maior benefício (R\$ 20.000,00) e do menor na forma seguinte		
FAIXAS SALÁRIO-MÍNIMO	PERCENTUAL	VALOR (Em R\$)
Até 1 Salário	100%	1.302,00
De 1 a 2 Salários	60%	781,20
De 2 a 3 Salários	40%	520,80
De 3 a 4 Salários	20%	260,40
Acima de 4 Salários	10%	679,20
TOTAL		3.543,60
Américo Vespúcio receberá		23.543,60

PENSÃO POR MORTE PARA VIÚVO



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente/beneficiário
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do requerente
5. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do requerente/beneficiário
7. Certidão de Casamento atualizada (emitida até 6 meses da data do requerimento)
8. Comprovantes de residência em nome do Auditor Fiscal falecido e do requerente.

- Caso não haja a juntada de comprovantes de residência, o requerente deverá apresentar declaração e justificativa da ausência dos referidos documentos
9. Comprovantes de convivência em comum de dois dos documentos “listados abaixo”; caso o requerente não possua pelo menos um dos documentos elencados, fazer declaração justificando a ausência da documentação:
- Exemplo:
 - i. Cartão de plano de saúde em comum
 - ii. Declaração de Imposto de Renda, na qual conste o Auditor Fiscal falecido ou o interessado como dependente ou vice-versa
 - iii. Conta bancária conjunta (conta corrente ou poupança) ou cartão de crédito conjunto
 - iv. Inscrição como dependente em outro regime de previdência
 - v. Apólice de seguro na qual conste o Auditor Fiscal falecido ou o interessado como beneficiário ou vice-versa
 - vi. Escritura de compra e venda de imóvel
 - vii. Nota Fiscal das despesas funerárias do Auditor Fiscal falecido arcadas pelo requerente
 - viii. Termo de internamento hospitalar do Auditor Fiscal falecido, no qual conste o interessado como responsável
 - ix. Procuração reciprocamente outorgada, dentre outros.

PENSÃO POR MORTE PARA COMPANHEIRO(A)



Documentos necessários:

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente/beneficiário

2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido Ativo ou Inativo para digitalizar
3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido Ativo ou Inativo para digitalizar
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do requerente
5. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do requerente
7. Certidão de Casamento atualizada e/ou Nascimento do Auditor Fiscal falecido Ativo ou Inativo (emitida até 6 meses da data do requerimento)
 - Se o requerente ou o Auditor Fiscal Falecido for separado judicialmente ou divorciado e não havendo a averbação na certidão de casamento, é necessário a apresentação da Carta de Sentença
8. Comprovantes de residência em nome do Auditor Fiscal falecido Ativo ou Inativo e do requerente.
 - Caso não haja a juntada de comprovantes de residência, o requerente deverá apresentar declaração e justificativa da ausência dos referidos documentos
9. Comprovantes de convivência em comum de pelo menos dois dos documentos listados abaixo; caso o requerente não possua pelo menos um dos documentos elencados, fazer declaração justificando a ausência da documentação:
 - Exemplo:
 - a) Escritura Pública de União Estável
 - b) Certidão de Casamento Religioso
 - c) Cartão de plano de saúde em comum
 - d) Declaração de Imposto de Renda, na qual conste o Auditor Fiscal falecido ou o interessado como dependente ou vice-versa
 - e) Conta bancária conjunta (conta corrente ou poupança) ou cartão de crédito conjunto
 - f) Inscrição como dependente em outro regime de previdência
 - g) Apólice de seguro na qual conste o Auditor Fiscal falecido ou o interessado como beneficiário ou vice-versa
 - h) Escritura de compra e venda de imóvel



INSTITUTO DOS
AUDITORES FISCAIS
DO ESTADO DA BAHIA

- i) Nota Fiscal das despesas funerárias do Auditor Fiscal falecido arcadas pelo requerente
- j) Termo de internamento hospitalar do Auditor Fiscal falecido, no qual conste o interessado como responsável
- k) Procuração reciprocamente outorgada, dentre outros.

PENSÃO POR MORTE PARA FILHO MENOR REPRESENTADO POR GENITOR



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do Menor
5. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do Genitor
7. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do genitor
8. Certidão de Nascimento do Menor

PENSÃO POR MORTE PARA FILHO MENOR REPRESENTADO POR TUTOR OU GARDIÃO



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
1. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do Menor
2. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido

3. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do representante legal
4. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do Menor
5. Certidão de Nascimento do Menor
6. Termo de Tutela ou do Termo de Guarda

PENSÃO POR MORTE PARA MENOR EQUIPARADO A FILHO (TUTELADO E ENTEADO)



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do Menor
5. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. RG/CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do representante legal
7. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do Menor
8. Certidão de Nascimento do Menor
9. Termo de Tutela ou Termo de Delegação de Pátrio Poder
10. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo INSS em nome do Menor e de seus genitores (se vivos), juntamente com o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS
11. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo Instituto de Previdência Municipal do domicílio do Menor e de seus genitores (se vivos)

12. Certidões comprobatórias da existência ou não de bens em nome do Menor e de seus genitores (se vivos), emitidas por todos Cartórios de Imóveis da Comarca de seu domicílio
13. Termo de Guarda ou Certidão que ateste o andamento do Processo de Guarda ou outro documento que possa comprovar a representação legal do Menor
14. Comprovantes da dependência econômica do Menor em relação ao falecido
 - Exemplo:
 - i. Declaração de Imposto de Renda do ex-servidor, na qual conste o menor como dependente
 - ii. Despesas alimentares, médicas, vestuários e educação, arcadas pelo ex-servidor em prol do menor
 - iii. Plano de saúde, no qual o menor seja dependente do ex-servidor, dentre outros

PENSÃO POR MORTE PARA FILHO SOLTEIRO, MAIOR COM INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO E DEPENDENTE



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido.
3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido. O atendente do Ceprev poderá imprimi-lo.
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do requerente
5. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do representante legal (em caso de incapacidade civil)

7. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do requerente maior com incapacidade permanente para o trabalho
8. Certidão de Nascimento Atualizada do requerente (emitida até 06 meses da data do requerimento)
9. Termo de Curatela ou Certidão que ateste o andamento processual da ação de interdição judicial (nos casos de incapacidade civil), se houver
10. Relatório ou Atestado Médico Original
11. Termo de Tutela ou do Termo de Delegação de Pátrio Poder
12. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo INSS em nome do requerente e de seus genitores (se vivos), juntamente com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS
13. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo Instituto de Previdência Municipal do domicílio do requerente, em seu nome e em nome de seus genitores (se vivos)
14. Certidões comprobatórias da existência ou não de bens em nome do requerente e de seus genitores (se vivos), emitidas por todos os Cartórios de Imóveis da Comarca de seu domicílio
15. Declaração assinada pelo requerente (ou por seu representante legal) de que vivia sob exclusiva dependência econômica do falecido
16. Comprovações da dependência econômica do requerente em relação ao falecido
 - Exemplo:
 - i. Declaração de Imposto de Renda na qual conste o requerente como dependente
 - ii. Despesas alimentares, médicas, vestuário e educação, arcadas pelo ex-servidor em prol do menor
 - iii. Pano de saúde, no qual o requerente seja dependente do ex-servidor, dentre outros

**PENSÃO POR MORTE PARA FILHO, O ENTEADO E O TUTELADO
SOLTEIROS, QUE COMPROVEM MATRÍCULA E FREQUÊNCIA REGULAR EM
CURSO DE NÍVEL SUPERIOR OU A SUJEIÇÃO A ENSINO ESPECIAL, ATÉ
AOS 24 ANOS DE IDADE**



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
3. Último contracheque da pensão previdenciárias percebida pelo requerente, na condição de filho menor
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do requerente
5. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. Certidão de Nascimento atualizada do requerente (emitida até 06 meses da data do requerimento)
7. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do requerente
8. Histórico Escolar, atestado de matrícula e frequência regular semestral ou anual, indicando a data de ingresso em instituição de ensino superior reconhecido e autorizado pelo MEC, em nome do requerente
9. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo INSS, em nome do requerente, juntamente com o Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS
10. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo Instituto de Previdência Municipal do domicílio do requerente, em seu nome
11. Certidões comprobatórias da existência ou não de bens em nome do requerente, emitidas por todos os Cartórios de Imóveis da Comarca de seu domicílio
12. Portaria de autorização do Curso ou EAD MEC (cursos de graduação à distância)

PENSÃO POR MORTE EX-CÔNJUGE, OU EX-COMPANHEIRO(A) PENSIONADO(A)



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido e do requerente pensionado para digitalizar
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do requerente pensionado
5. RG CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do requerente pensionado
7. Sentença proferida em sede de ação de divórcio, ou de separação judicial ou de dissolução de união estável, comprovando o pensionamento judicial
 - i. Na ausência da cópia da Sentença, pode ser solicitado o Termo de Audiência realizada no processo ou Ofício Judicial que determinou o desconto em folha
8. Comprovações do pensionamento espontâneo (quando não estabelecidos judicialmente)
 - o Exemplo:
 - i. Declaração de Imposto de Renda do falecido, na qual conste o requerente como dependente
 - ii. Depósitos bancários habituais realizados pelo falecido em favor do requerente
 - iii. Despesas médicas, alimentares, com vestuários, arcadas pelo falecido

- iv. Plano de saúde, no qual o requerente figure como dependente do falecido
- 9. Certidão de Casamento e/ou Nascimento do interessado atualizada (emitida até 6 meses da data do requerimento).

PENSÃO POR MORTE PARA PAIS COM INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido para digitalizar
3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido. O atendente do Ceprev poderá imprimi-lo
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do requerente
5. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do representante legal (em caso de incapacidade civil)
7. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do requerente com incapacidade permanente para o trabalho
8. Certidão de Casamento Atualizada do requerente, se casado, ou Certidão de Nascimento Atualizada, se solteiro (emitidas até 06 meses da data do requerimento).
 - o Caso o requerente ostente o estado civil de viúvo, solicitar cópia da Certidão de Óbito do cônjuge
9. Termo de Curatela ou Certidão que ateste o andamento processual da Ação de Interdição Judicial (nos casos de incapacidade civil), se houver
10. Relatório ou Atestado Médico Original

11. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo INSS em nome do requerente com incapacidade permanente, juntamente com o Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS
12. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo Instituto de Previdência Municipal do domicílio do requerente com incapacidade permanente para o trabalho, em seu nome
13. Certidões comprobatórias da existência ou não de bens em nome do requerente com incapacidade permanente para o trabalho, emitidas por todos os Cartórios de Imóveis da Comarca de seu domicílio
14. Caso o requerente com incapacidade permanente para o trabalho seja casado, deverão ser apresentadas, em nome do cônjuge (se vivo), as três últimas Certidões supra relacionadas
15. Comprovantes da dependência econômica do requerente em relação ao falecido,
 - o Exemplos:
 - i. Declaração de Imposto de Renda na qual conste o requerente com incapacidade permanente para o trabalho como dependente
 - ii. Despesas alimentares, médicas, vestuários e educação, arcadas pelo ex-servidor em prol do requerente
 - iii. Plano de saúde, no qual o requerente seja dependente do ex-servidor, dentre outros.

PENSÃO POR MORTE PARA MAIOR EQUIPARADO A FILHO, SOLTEIRO, COM INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO E DEPENDENTE ECONOMICAMENTE (TUTELADO OU ENTEADO)



Documentos necessários

1. Requerimento de Benefícios Previdenciários (RBP) disponibilizado no SAC/Ceprev para preenchimento pela atendente com as informações sobre endereço, telefones, e-mail e posterior assinatura do requerente
2. Certidão de óbito do Auditor Fiscal falecido para digitalizar

3. Último contracheque do Auditor Fiscal falecido. O atendente do Ceprev poderá imprimi-lo
4. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do Maior com incapacidade permanente para o trabalho
5. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do falecido
6. RG e CPF ou outra identificação válida em todo território nacional do representante legal (em caso de incapacidade civil)
7. Comprovante de conta corrente do Banco do Brasil em nome do Maior com incapacidade permanente para o trabalho
8. Certidão de Nascimento Atualizada do Maior inválido (emitida até 06 meses da data do requerimento)
9. Termo de Tutela ou do Termo de Delegação de Pátrio Poder
10. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo INSS em nome do Maior e de seus genitores (se vivos), juntamente com o Cadastro Nacional de Informações sociais -CNIS
11. Certidão de Existência/Inexistência de Benefícios emitida pelo Instituto de Previdência Municipal do domicílio do Maior, em seu nome e em nome de seus genitores (se vivos)
12. Certidões comprobatórias da existência ou não de bens em nome do Maior e de seus genitores (se vivos), emitidas por todos os Cartórios de Imóveis da Comarca de seu domicílio
13. Declaração assinada pelo representante legal do Maior de que este vivia sob exclusiva dependência econômica do Auditor Fiscal falecido
14. Termo de Guarda ou Certidão que ateste o andamento do Processo de Guarda ou outro documento que possa comprovar a representação legal do Maior
12. Comprovantes da dependência econômica do Maior em relação ao falecido
 - o Exemplo:
 - i. Declaração de Imposto de Renda, na qual conste o maior inválido como dependente
 - ii. Despesas alimentares, médicas, vestuários e educação, arcadas pelo ex-servidor em prol do maior inválido



INSTITUTO DOS
AUDITORES FISCAIS
DO ESTADO DA BAHIA

- iii. Plano de saúde, no qual o maior inválido seja dependente do ex-servidor, dentre outros.

FONTES DE PESQUISA

1. Constituição Federal
2. Emenda Constitucional do Estado da Bahia nº 26, de 31/01/2020
3. Lei Estadual nº 11.357, de 06/01/2009
4. Lei Estadual nº 14.250, de 14/02/2020
5. Lei Estadual nº 6.915, de 10/11/1995
6. Site da Secretaria da Administração
7. Visita técnica ao Ceprev no SAC do Servidor
8. Visita técnica à Carhu na Secretaria da Fazenda
9. Live Suprev – Ciclo de Disseminação das Novas Regras da Previdência – Módulo Pensão

GLOSÁRIO

CAB	Centro Administrativo da Bahia
Carhu	Coordenação de Recursos Humanos
Ceprev	Centro de Atendimento Previdenciário
CNIS	Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
IAF	Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia
IAF Sindical	Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
RBP	Requerimento de Benefícios Previdenciários
RG	Registro Geral - Documento Nacional de Identificação Civil
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS/BA	Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia
SIRH Bahia	Sistema de Recursos Humanos do Estado da Bahia
SAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
Sefaz	Secretaria da Fazenda